

## Portaria nº 112, de 29 de dezembro de 1995

O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições previstas no art. 24, inciso I e III da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, e no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial GM/Minter nº 445, de 16 de agosto de 1989,

Considerando o disposto no Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994, que regulamenta os artigos 15, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e na Portaria nº 48, de 10 de julho de 1995;<sup>1</sup>

Considerando o Convênio nº 487/94, de 16 de agosto de 1994, firmado entre o Ibama e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A — Eletronorte, objetivando a exploração da madeira submersa no reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Estado do Pará, em especial a espécie *Bertholletia excelsa*; (castanheira);

Considerando que a fiscalização, o transporte e o beneficiamento da madeira extraída do referido reservatório estão ocorrendo de forma controlada pelo Ibama; resolve:

**Art. 1º.** Para os efeitos desta Portaria, a Eletronorte deve apresentar ao Ibama, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta, um planejamento plurianual da extração de madeira submersa do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a fim de permitir um controle mais eficaz da origem e do destino final dessa matéria-prima florestal.

**Art. 2º.** Fica permitido o comércio, para qualquer finalidade, da madeira serrada da espécie *Bertholletia excelsa*, (castanheira) oriunda do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, exceto para exportação.

**Art. 3º.** Fica obrigatório o uso da Autorização para Transporte de Produto Florestal — ATPF, a que se refere a Portaria nº 44-N, de 6 de abril de 1993<sup>2</sup>, do Ibama, para madeira serrada de castanheira proveniente do comércio de que trata o artigo 2º desta Portaria.

<sup>1</sup> Vide Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e Portaria nº 48, de 10 de julho de 1995, págs. 112, 60 e 258, respectivamente, neste Tema.

<sup>2</sup> Vide Portaria nº 44-N, de 6 de abril de 1993, pág. 226, neste Tema.

§ 1º. As ATPF's serão fornecidas pelo Ibama, após solicitação da pessoa física ou jurídica interessada, com os campos de 01 a 08 e de 14 a 16 devidamente preenchidos.

§ 2º. A pessoa física ou jurídica de que trata o § 1º deste artigo deve apresentar na Unidade do Ibama onde está registrada, as 2ªs vias das ATPF's acompanhadas da Ficha de Controle Mensal, anexo II da Portaria nº 44-N/93, com os respectivos prazos estabelecidos.

Art. 4º. A pessoa física ou jurídica registrada no Ibama que receber madeira serrada de castanheira proveniente da comercialização de que ora se trata, fica obrigada à apresentação das 1ªs vias das ATPF's acompanhadas da Ficha de Controle Mensal, anexo II da Portaria nº 44-N/93, até o 15º (décimo quinto dia) do mês subsequente ao recebido, para comprovação da origem.

Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica de que trata o *caput* deste artigo que utilizar o carimbo modelo 02 ou Nota Fiscal de Venda, de conformidade com o disposto no artigo 13 da Portaria nº 44-N/93, deve apresentar na Unidade do Ibama que controla o seu registro a Ficha de Controle Mensal, anexo II da citada Portaria, até o 15º (décimo quinto dia) do mês seguinte ao vencido.

Art. 5º. O consumidor final da madeira de castanheira proveniente do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí deve manter em arquivo as respectivas ATPF's ou Notas Fiscais de Venda contendo o carimbo modelo 02 de que trata a Portaria nº 44-N/93, para efeito de comprovação de origem ao Ibama.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Raul Belens Jungmann Pinto  
Presidente

(DOU de 12.01.96)